



## A cobertura jornalística como narrativa de reconstituição midiática: análise dos efeitos de dramatização

Ada Cristina Machado da Silveira<sup>1</sup>  
Clarissa Schwartz<sup>2</sup>  
Isabel Padilha Guimarães<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise da cobertura jornalística tomada como narrativa de reconstituição midiática, com foco em reportagens sobre o combate à violência e a produção de efeitos de dramatização. Para isso, foram selecionadas dez reportagens publicadas entre os anos de 2009 e 2012 em versões impressas ou digitais das quatro principais revistas semanais (Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja). Dentre os resultados apontamos que os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro são dramatizados como epicentro da criminalidade e parâmetro no debate sobre segurança pública no Brasil.

**Palavras-chave:** jornalismo; narrativa; periferia; dramatização; violência

### 1. Introdução

O presente artigo relata a análise da narratividade jornalística e seus desafios de credibilidade e de dramatização com vistas à informação por via midiática nos termos destacados por Charaudeau (2007).

Trabalhos anteriores nos permitem apontar a cobertura jornalística de acontecimentos ocorridos em periferias e realizada por veículos de mídia impressa nacional co-

---

<sup>1</sup> Doutora em Jornalismo pela *Universitat Autònoma de Barcelona* com estágio pós-doutoral pela *Universitat Nacional de Quilmes*. Pesquisadora do CNPq. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. E-mail: [adac.machadosilveira@gmail.com](mailto:adac.machadosilveira@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora pela UFSM. Bolsista de estágio pós-doutoral PNPDI Institucional do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. E-mail: [clarissaschwartz@yahoo.com.br](mailto:clarissaschwartz@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutora pela Famescos/PUCRS. Professora colaboradora do Departamento de Ciências da Comunicação e bolsista de estágio pós-doutoral DOCFIX-Capes/Fapergs do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. E-mail: [isabelpadilha@yahoo.com.br](mailto:isabelpadilha@yahoo.com.br)

mo baseada no tripé ausência de Estado, caos e violência. Posteriormente, nossos estudos indicaram que o noticiário abriga a dialética dos confrontos contemporâneos estabelecida entre as dimensões de segurança pública versus segurança nacional, cobrando, muitas vezes de forma explícita e outras de forma velada, ações do Estado brasileiro nas localidades periféricas (SILVEIRA, 2009, 2012; GUIMARÃES, SILVEIRA, 2012; DALMOLIN, GUIMARÃES, SILVEIRA, 2013).<sup>4</sup>

Procedemos à seleção de dez reportagens sobre segurança pública publicadas nas revistas semanais Carta Capital, Época, Isto É e Veja entre os anos 2009 e 2012 em versões impressas e online.<sup>5</sup> Três critérios foram usados para escolher as reportagens: a) ter relação com questões de segurança pública ou segurança nacional; b) abranger as periferias metropolitanas (favelas), e c) partir de matérias com extensão mínima de uma página, dispensando notas, artigos de opinião e entrevistas e chegar ao máximo de reportagens compostas em quatro páginas.<sup>6</sup>

A investigação tem como um dos conceitos principais a noção de ambivalência, considerada por Bauman (1999) como um ponto central para entendermos a sociedade contemporânea. A ambivalência significacional pode incidir discursivamente em processos tão distintos como o de segurança pública, de identificação e de reconhecimento de si ou ainda as relações internacionais. O diálogo entre noções de imaginário midiático e de imaginário da cultura nacional permite aos processos comunicacionais noticiosos efetivar um controle do poder político sobre amplas camadas sociais pertencentes às periferias. Uma das principais características analisadas se manifesta pela armadilha da ambivalência significacional, a qual consideramos caracterizar um aspecto fundamental do enquadramento perseguido na cobertura de acontecimentos ocorridos em distintos espaços periféricos brasileiros. Obviadas em sua concretude e contexto histórico, as periferias metropolitanas tomadas como favelas são alinhadas e seu noticiário conduz ao

---

<sup>4</sup> O artigo apresenta aspectos abordados nos projetos “Ambivalência de fronteiras e favelas” e “Pelos Olhos de terceiros: poder e imaginário na cobertura jornalística de periferias”, financiado pelo Edital Universal de Humanas do CNPq.

<sup>5</sup> Criado em 2001, o grupo de pesquisa em Comunicação, Identidades e Fronteiras é composto por professores e estudantes de graduação e de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria. Seu banco de dados é composto por um conjunto de reportagens sobre fronteiras nacionais, favelas metropolitanas e Amazônia Legal publicadas nas quatro principais revistas de informação do Brasil entre 2006 e 2012.

<sup>6</sup> Atuaram na seleção de matérias os alunos do curso de jornalismo e bolsistas de IC Andressa Foggiato, Camila Hartmann e Lenon M. de Paula.

constrangimento de um imaginário policêntrico que, assim, se encontra segregado (SILVEIRA, 2013). As consequências desses processos podem ser observadas na análise exposta a seguir.

## 2. As visadas da informação e da captação

Charaudeau (2007) cita dois casos de narrativa midiática: a narrativa de simultaneidade (usada pelos veículos que fazem transmissão ao vivo como rádio e televisão) e a narrativa de reconstituição (usada pela mídia impressa e outros veículos). No primeiro caso, o autor lembra que se espera que aconteça uma descrição, uma explicação e também apreciações que convidem o ouvinte a compartilhar emoções como entusiasmo ou indignação. Já no caso da narrativa reconstituída, o autor esclarece que acontece um trabalho de montagem, de roteirização em que o narrador deve introduzir uma abertura (que precisa ter ação dramatizante para captar o público), tentar reconstituir os fatos a partir de um princípio de coerência, desenvolver um comentário explicativo e enfim fechar a narrativa: “o fechamento caracteriza-se, geralmente, por um novo questionamento que reabre a narrativa sob novas perspectivas: não raro, redramatiza o acontecimento sugerindo um novo encadeamento dos fatos” (CHARAUDEAU, 2007, p.160).

Avançando sobre o contrato de comunicação proposto por Verón, Charaudeau (2007) enfatiza o caráter midiático de um certo tipo de comunicação e considera que informar implica já na escolha de efeitos de sentido que objetivam influenciar o outro, ou seja, a escolha de estratégias discursivas:

A finalidade do contrato de comunicação midiática se acha numa tensão entre duas visadas, que correspondem, cada uma delas, a uma lógica particular: uma visada de *fazer saber*, ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de *fazer sentir*, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência (CHARAUDEAU, 2007, p.86).

Para o autor, no contrato de comunicação a visada “fazer saber” deve prevalecer, pois é ela que está ligada à verdade, ao sentido popularizado de informação. Para isso, cita que a mídia usa a descrição-narração como forma de reportar os fatos e a explicação

para buscar esclarecer suas causas e consequências. Nos dois casos, o autor considera que há problemas de relação com a verdade: “As mídias, em sua visada de informação, estão em um confronto permanente com um problema de credibilidade, porque baseiam sua legitimidade no “fazer crer que o que é dito é verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2007, p.88).

Já na visada da captação, Charaudeau (2007) explica que a instância midiática faz uma encenação sutil do discurso da informação que busca emocionar, desencadear interesse e paixão por aquilo que é transmitido, enfim captar o público com base em apelos inerentes a cada comunidade.

Na tensão entre os polos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as de austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão (CHARAUDEAU, 2007, p. 93).

Nas redações, as tarefas de montar, roteirizar e de captar o público são destinadas aos editores: “Editar significa valorizar a informação, dar peso à notícia. Hierarquizar” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 22). Este autor lembra que a notícia é resultado de escolhas em todas as fases da produção jornalística, desde a apuração, passando pela redação, gravação de imagens ou realização de fotografias e entrevistas. Ele considera que os títulos ou lides já podem direcionar a maneira com que os leitores entenderão a pauta e também que as escolhas de fotografias ou de determinados ângulos sentenciam os personagens.

### **3. Da captação à dramatização na narrativa jornalística**

Nas reportagens analisadas neste artigo a visada da captação pode ser observada nos títulos, chamadas, fotografias, legendas, frases destacadas na página, infográficos, entrevistas, além do próprio texto, principalmente no primeiro e último parágrafos. No caso de entrevistas, que em tese são depoimentos, consideramos que o efeito de dramatização pode ser buscado já na seleção da fonte e também na escolha do trecho reproduzido. Todos esses elementos formam um conjunto que tem como objetivo inicial despertar o interesse e depois manter a atenção do leitor até o final da reportagem.

**Tabela 1 – Reportagens e efeitos de dramatização**

No. da Reportagem	Título da Reportagem	Revista	Data e Edição	Argumento Discursivo	Recursos de Dramatização
1	O estado sobre o morro	IstoÉ online	04/12/09 Ed. No. 2091	retirada de traficantes da favelas cariocas	Título, chamada 1º parágrafo legenda da fotografia fotografia título do infográfico
2	A arma que faltava	Época impressa	01/03/10 Ed. No. 615	prevenção à corrupção policial	Título, chamada 1º parágrafo fotografia sentença em destaque
3	Menos sangue na guerra	Carta Capital impressa	18/08/10 Ed. No. 609	queda do número de homicídios	Título, chamada 1ª sentença título secundário legenda de fotografia título de infográfico
4	A violência caiu. Quem sabe por quê?	Época impressa	07/02/11 Ed. No. 664	queda do número de homicídios	Título legenda de fotografia
5	Os números nunca mentem?	Carta Capital impressa	22/06/11 Ed. No. 651	distorção de dados estatísticos de criminalidade	Título, chamada sentença em destaque título de infográfico legenda de fotografia fotografia depoimento de ex-diretora do ISP
6	A difícil reconstrução da cidadania	IstoÉ online	31/05/11 Ed. No. 2166	balanço de pontos positivos e negativos seis meses após a ocupação da favela	Título, chamada 2 fotografias 3 legendas de fotografias 1º parágrafo depoimentos de moradores
7	Paz ou Medo?	Carta Capital impressa	20/07/11 Ed. No. 655	aprovação das UPPs e abuso por parte da polícia	Título, chamada 1ª parágrafo sentença em destaque legenda de fotografia fotografia de fuzil depoimentos de moradores
8	Cerco ao reduto final	Veja impressa	09/11/11 Ed. No. 2242	retirada de traficantes das favelas cariocas	Título, chamada 1º parágrafo fotografia principal último parágrafo infográfico legenda de fotografia título de matéria secundária
9	As UPPs chegam à cabeça do tráfico	Carta Capital impressa	30/11/11 Ed. No. 674	UPP como instituição de manutenção da ordem social das favelas	Título, chamada 2º parágrafo sentença em destaque legenda último parágrafo
10	No tempo das diligências	Carta Capital impressa	04/04/12 Ed. No. 691	os problemas de segurança na zona oeste carioca	Título sentença em destaque legenda de fotografia 1º e 2º parágrafos título de infográfico sentença final

Fonte: Elaboração das autoras

A Tabela 1 registra os elementos utilizados com fins de construir a visada da captação e os recursos identificados para produção de efeitos de dramatização em cada reportagem analisada no corpus.

#### **4. A dramatização na enunciação verbo-visual**

Apresentamos nessa seção uma breve descrição e análise de elementos de enunciação verbal e visual presentes nas dez matérias analisadas. Nossa percepção dos efeitos de dramatização dá conta de que há casos em que eles são usados para diversas finalidades. Podem ser observadas propostas com vistas a aprovar a iniciativa registrada pela reportagem e há outras situações em que a narrativa midiática utiliza o recurso com a intenção de questionar, apresentar denúncias, provocar a reflexão, envolver ou indignar o leitor.

##### **4.1 Segurança no RJ**

A reportagem de no. 1 é intitulada “O estado sobe o morro” e aborda a retirada dos traficantes das favelas cariocas através da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) reservando os efeitos de dramatização para enaltecer a iniciativa. Sua chamada “Com ocupação permanente, polícia do Rio está tirando os traficantes de vez das favelas”, avalia que o projeto tem alcançado o objetivo de reconquistar território. O primeiro parágrafo busca envolver o leitor com um tom didático e de desabafo:

Depois de décadas, enfim o Rio de Janeiro tem uma política de segurança pública que enfrenta seu mais grave problema: o chamado poder paralelo constituído por traficantes de drogas com arsenal cada vez mais potente [...]. A novidade é que agora eles estão sendo retirados das favelas, em especial na zona sul. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) são as responsáveis pela mudança. Por meio delas, o Estado volta a tomar conta de territórios antes dominados por traficantes, abrindo espaço para a instalação de serviços públicos como escolas, hospitais, gás, luz e internet (ISTOE, Ed. no. 2091, *online*).

Apesar de não ignorar as retaliações dos bandidos ao projeto das UPPs, prevalece a ideia de problema superado, como é o caso da legenda “PACIFICADO Rotina de confrontos ficou para trás com nova estratégia” abaixo da fotografia de dois policiais

fardados (um com uma arma em mãos), vigiando o morro. Um infográfico com dados sobre as UPPs, intitulado “Livres do Tráfico”, reforça a noção de fim de conflito.

## 4.2 O policial

Intitulada “A arma que faltava”, a reportagem de no. 2 trata de um projeto destacado pela chamada “O governo do Rio passa a premiar com dinheiro os bons policiais. A ideia parece dar resultado” e é feita uma avaliação preliminar positiva da iniciativa. O primeiro parágrafo busca conceituar um bom policial:

O que é um bom policial? Ele deve combater o crime. Como diz o lema de muitas corporações, “servir e proteger”. Um bom policial não aceita suborno, não abusa de sua posição, não forja flagrante, não rouba e não mata – exceto em legítima defesa. Deveria ser assim sempre, mas não é (ÉPOCA, Ed. no. 615, p. 53).

A reportagem é construída com base nos depoimentos de Wagner Luís, um soldado que recebeu a gratificação máxima. Ele é o único policial ouvido pela reportagem e tem quatro declarações reproduzidas no texto. A diagramação destaca uma declaração que pretende resumir um caso de corrupção relatado: “Vi um colega tirar R\$ 50 da carteira de um homem. Disse para ele devolver”. A fotografia do policial Wagner Luís segurando um fuzil remete ao título da reportagem. A matéria cita alguns índices de redução da criminalidade, como a queda no número de latrocínios, mas considera prematuro avaliar os efeitos da medida, apesar de avaliar que “a ideia parece dar resultado”. A matéria também cobra outras ações do Estado: “O bônus por mérito, sozinho, não leva a nada se não for acompanhado de políticas consistentes de inclusão social e de segurança pública”.

## 4.3 Homicídios no Brasil

Duas reportagens analisadas têm como tema a redução de homicídios. Apresentam-se nos dois casos a opinião de diversos especialistas buscando explicar o fenômeno.

A primeira reportagem (de no. 3), intitulada “Menos Sangue na Guerra”, tem a chamada “O país conseguiu reduzir o número de homicídios, à exceção de alguns esta-

dos. Mas ainda estamos em um campo de batalha” e alerta que o número de mortes é ainda crítico. A primeira sentença do primeiro parágrafo descreve uma situação de caos: “Na virada dos anos 90 para os 2000, o País parecia derivar para o descontrole absoluto da violência, com indicadores de homicídios maiores que países em guerra”. No parágrafo posterior são apresentados dois fatos que “permitem alguma dose de otimismo”: a redução das taxas de criminalidade nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe e também a opinião de especialistas que apostam na tendência de queda da criminalidade em função dos efeitos do Estatuto do Desarmamento e também da maior integração entre as esferas municipais, estaduais e federais na gestão da segurança pública. Nenhuma menção é feita às causas dos homicídios que permanecem em número alarmante. Uma matéria secundária, ao pé da página, alerta sobre a violência policial com o título: “Longe do paraíso – apesar dos avanços recentes, a polícia brasileira continua uma das mais violentas do mundo”. A legenda “Guerra em seis anos, a polícia matou 11 mil indivíduos em SP e no RJ” e o infográfico intitulado “Como numa guerra” (Figura 1), reforçam a ideia de caos:

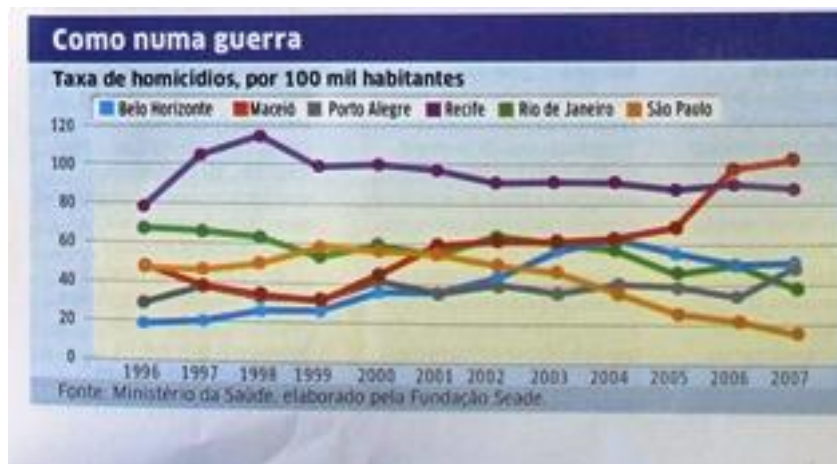


FIGURA 1 – Infográfico

Fonte: Carta Capital, Ed. 609, p.24

A segunda reportagem (de no. 4) intitula-se “A violência caiu. Quem sabe por quê?” também aborda a redução da taxa de homicídios nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro em 2010 e busca captar o leitor com a pergunta no título. No primeiro pará-



grafo a reportagem admite a dificuldade de interpretação dos resultados: “Complexo é encontrar razões precisas que expliquem a melhora. Não há consenso entre os estudiosos” afirma o redator que consultou quatro especialistas. As fontes ouvidas citaram políticas públicas como as UPPs, a melhora da economia e o envelhecimento da população como fatores a serem considerados ao analisar a redução da violência. A legenda: “Sucesso As UPPs cariocas são exemplo de política pública que ajudou na redução dos índices”, abaixo da fotografia de dois policiais observando a favela, destaca a iniciativa.

#### 4.4 Dados sobre criminalidade

A reportagem de no. 5, intitulada “Os números nunca mentem?”, discute a credibilidade das estatísticas a partir de dados do Instituto de Segurança Pública. A chamada “A falta de um padrão nacional abala a confiança nas estatísticas criminais” aponta qual seria o problema. Um exemplo citado é o da redução do número de homicídios no estado do Rio de Janeiro em abril de 2011 e o aumento do número de cadáveres encontrados sem *causa mortis* identificada; eles não são incluídos no número de assassinatos. A diretora da ONG Justiça Global alerta que classificar uma morte como indeterminada pode ser uma forma de maquiagem de dados criminais e, a partir dessa denúncia, a reportagem repercute o assunto com fontes oficiais e não oficiais que negam a manipulação de dados. Um depoimento forte de uma ex-diretora do Instituto é reproduzido:

O número de mortes indeterminadas deveria ser residual, e não era. Ao investigar os laudos periciais desses cadáveres, descobríamos que muitas pessoas foram vítimas de tortura, de disparos de arma de fogo ou esfaqueadas: eu encaminhava os casos à Corregedoria da Polícia e pedia a reclassificação da morte para homicídio (CARTA CAPITAL, Ed. no. 651, p.46).

A sentença “Entre as artimanhas para “reduzir” as taxas de homicídio está o registro das ocorrências policiais e não das vítimas” tem sua enunciação destacada pela diagramação, a qual enfatiza o problema de falta de credibilidade das estatísticas. A legenda “Inconsistência. O número de assassinatos no banco de dados do SUS é bem maior do que o informado pelos estados” sobre uma fotografia de um braço estendido no asfalto com um cartucho de arma de fogo ao lado, alerta para o problema. Um info-

gráfico intitulado “Números ainda absurdos” apresenta a quantidade de mortes por agressões e avalia os índices.

#### **4.5 Conflitos**

Duas reportagens analisadas no corpus destacam a questão do conflito entre moradores e forças de segurança.

A primeira (de no. 6), intitulada “A difícil reconstrução da cidadania”, aborda a vida nas favelas do Complexo do Alemão depois da ocupação do local. A chamada “Seis meses após a ocupação das favelas do Alemão, a vida mudou para melhor, embora a convivência entre Exército e população não seja fácil e o tráfico de varejo continue existindo” destaca a situação de tensão. O primeiro parágrafo busca descrever como os moradores percebem a presença dos militares: “Seis meses depois, o Exército não é visto como um invasor, está longe de ser uma visita agradável e mais parece um vizinho de difícil convivência”. Um operário, uma copeira e um comerciante declaram que a atuação dos militares é abusiva. Os depoimentos transcritos denunciam truculência como exemplifica a declaração de um operário: “Jogaram gás de pimenta nos meus olhos. Quando caí, mais de 15 soldados me chutaram e ainda levei três tiros de bala de borracha”. O Exército rebate que não podem ser tolerados insultos aos soldados.

O trabalho de produção de legendas é ostensivamente utilizado. A legenda “CONVIVÊNCIA A população reclama da truculência das forças de segurança e os soldados, de desacato” está posta entre duas fotografias. A primeira delas mostra a) os corpos de dois soldados armados e desfocados em primeiro plano e, no foco, ao centro da foto e no fundo do plano, está um morador com uma criança de colo (Figura 2):



FIGURA 2 – Fotografia de militares e população

Fonte: IstoÉ online, Ed. No. 2166

A segunda foto marcada pela legenda comum apresenta b) parte do rosto de um morador observando a favela. Há uma busca incisiva da reportagem de remeter à situação de conflito e referir a existência de uma população acuada. Outras duas legendas registram: “ÍNDICES Nos últimos seis meses houve apenas três mortes no Alemão e os roubos de carro caíram 60%”, abaixo de uma fotografia da favela, e “PARECE, MAS NÃO É Armas de brinquedo apreendida pela polícia”, abaixo de uma fotografia de armas apreendidas, destacam os resultados da ocupação.

A segunda reportagem que aborda o tema (de no. 7) é “Paz ou Medo?” e com a chamada “Nas pesquisas, a população aprova as UPPs, mas os moradores das comunidades ocupadas queixam-se da rotina militarizada e dos abusos cometidos pela polícia” demonstra a ambivalência que existe em relação às UPPs. O primeiro parágrafo busca envolver o leitor:

Passam das 7 da noite no Morro Santa Marta, a primeira favela “pacificada” pela polícia do Rio de Janeiro. A luz escasseia diante da íngreme ladeira, 788 degraus de ponta a ponta. Quem abre caminho pelo labirinto de becos e vielas, acudados entre os casebres erguidos à base do improvisado, é o rapper Emerson Nascimento, o MC Fiell. “Tu tá impedindo a passagem. Olha que eu vou chamar a UPP, hein?”, sorri, debochado, para um distraído amigo a conversar com a namorada numa das claustrofóbicas passagens de pedra. A ofegante caminhada termina no bar do Zé Baixinho, onde o músico, responsável pela rádio comunitária da favela que ganhou fama pelas violentas guerras do tráfico do passado e pelos ilustres visitantes que lá passaram, de Michael Jackson a Lula, inicia um longo desabafo sobre a vida “militarizada” no Santa Marta. (CARTA CAPITAL, Ed. no. 655, p.30).

O depoimento do *rapper* é destacado na página. Um jovem, um ator e um motoxista também têm registradas suas reclamações sobre a demora no atendimento médico de urgência e o abuso de autoridade por parte de policiais. Outra declaração reproduzida é de um agente cultural afirmando que os jovens estão acuados e têm medo de que policiais desonestos possam armar alguma prisão: “A fala emudece por alguns instantes ao ver um PM se aproximar. Depois, Lula retoma o raciocínio, desta vez em voz baixa, quase aos sussurros”. A legenda “Guerra O fuzil continua presente nas favelas, só mudou de mãos, criticam moradores” sobre uma fotografia (Figura 3) de um fuzil em primeiro plano da foto, contrastando com a vista modernizada pela presença ao fundo do teleférico na favela busca destacar o medo que a população tem da polícia.



FIGURA 3 – Fuzil e teleférico na favela

Fonte: Carta Capital, Ed. no. 655, p.31

#### 4.6 Polícia e UPP

A reportagem no. 8, intitulada “Cercos ao reduto final”, mostra o planejamento do comando de segurança do Rio de Janeiro para ocupar a Rocinha.<sup>7</sup> A chamada “A

---

<sup>7</sup> Conforme Tabak (2011) há divergência sobre o número de moradores da Rocinha. O censo do IBGE de 2010 registraria que vivem no local 69 mil pessoas, configurando-a como a comunidade mais populosa do

polícia já tem prontos os planos e a data para ocupar a favela da Rocinha, o maior entreposto de drogas do Rio de Janeiro e símbolo da criminalidade impune” dimensiona a importância da ação. “Centenas de policiais civis e militares invadirão o morro sob a escolta de tanques blindados da Marinha e helicópteros da PM para abrir caminho à implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)”, descreve a terceira sentença do primeiro parágrafo, projetando a matéria como um roteiro cinematográfico. A fotografia principal de uma operação da polícia civil na Rocinha, com a caçamba de uma caminhonete carregada de apreensões (Figura 4) com a legenda “À ESPERA DA UPP” reforça a ideia de que a polícia está chegando ao local para expulsar os traficantes. A legenda “RETOQUE NA IMAGEM Cabral inaugura UPP na Mangueira: a próxima é a da Rocinha” de uma fotografia do governador Sérgio Cabral ao lado de passistas de escola de samba ressalta os benefícios que a ocupação pode trazer ao governo do estado. No início do último parágrafo, a reportagem faz mais uma projeção sobre a divulgação antecipada da operação: “O lado amargo é saber que a “rataiada” mais gorda terá escapado quando a força policial tomar o morro. Caso de Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, de 35 anos”. A reportagem finaliza: “A tomada desse enclave é crucial para o Rio consolidar as vitórias que já obteve contra o crime. Nem até pode ficar livre mais algum tempo, mas sua base de operações está perdida”. Um infográfico intitulado “O poder da bandidagem” traz dados sobre o faturamento, o arsenal e o número de bandidos. A matéria secundária “Acuado pelas milícias” mostra a saída temporária do país do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), ameaçado de morte por seu trabalho contra as milícias.

---

país. A associação dos moradores da Rocinha defende que entre 180 e 200 mil pessoas morem na comunidade.



FIGURA 4 – Polícia vasculha a Rocinha

Fonte: Veja, Ed. No. 2242, p. 92

A reportagem no. 9, intitulada “As UPPs chegam à cabeça do tráfico”, aborda a ocupação pelas Forças de Segurança das favelas da Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu, onde vivem cerca de 80 mil pessoas. A matéria aponta que, além da ocupação, também foram presos os chamados “cabeças de uma facção”, como destaca o início do segundo parágrafo:

Em contraposição à famosa imagem transmitida ao vivo pelas televisões de um bando fugindo do Complexo do Alemão, que completa um ano no dia 28, desta feita as autoridades apresentaram a prisão do traficante Antônio Bonfim Lopes, o Nem, espremido no porta-malas de um carro, ao tentar deixar para trás o território que dominou com mão de ferro por seis anos (CARTA CAPITAL, Ed. no. 674, p. 62).

A matéria exemplifica que, no Complexo do Alemão, a ocupação é mantida por 1,8 mil homens do exército e destaca a questão: “Como o estado do Rio não tinha efetivo suficiente para policiar as áreas ocupadas, a tarefa coube ao exército. Mas e depois, como fica a situação? A chamada “E, com elas, o risco de corrupção das novas forças policiais de ocupação” e a legenda: “Contaminados. Mesmo entre as tropas do Exército há denúncias de desvios. Com efetivos menores, o risco é maior”, sobre uma fotografia de um militar vigiando o morro destacam o problema da corrupção. Os militares explicam que é feito um rodízio trimestral das tropas para evitar problemas como o suborno e a propina. A reportagem encerra com a informação de que o traficante Nem ao ser preso

contou aos policiais federais que metade de seu faturamento (que variaria entre um e dois milhões de reais por semana) era destinado ao pagamento de policiais corruptos.

#### **4.7 Segurança no RJ**

A reportagem no. 10, intitulada “No tempo das diligências”, trata dos problemas de segurança da zona oeste do Rio de Janeiro, onde vivem três milhões de pessoas. No primeiro parágrafo a matéria compara o local (oeste carioca) aos filmes de banguê-banguê de Hollywood: “Ali, como em nenhum outro pedaço do Rio, comunidades são subjugadas pelas armas dos bandidos, autoridades vivem sob ameaça e diferentes quadrilhas se enfrentam no estilo ofensivo dos caubóis”. A reportagem aponta a zona oeste como o berço das milícias cariocas e traz a sentença enunciada em destaque: “As UPPs empurram mais criminosos para a região. E o crescimento desordenado piora e situação”, ademais da legenda “Sob o domínio do medo A polícia tem poucas condições de enfrentar as milícias” de uma fotografia de um policial (com as mãos para trás) vigiando o morro e enfatizando o panorama apresentado de total descontrole do Estado no local. O infográfico intitulado “Reféns do crime” mostra as áreas mais violentas da zona oeste do Rio de Janeiro. Seu texto enfatiza: “A história recente da cidade tem muitos exemplos de quão perigosa pode ser a mistura de carência social e abandono dos governantes”, finaliza a reportagem que cobra ações governamentais.

### **5. Miatização da narrativa jornalística**

Por fim, devemos registrar que, a partir da análise do corpus selecionado, a noticiabilidade pautada nas ações dos órgãos de segurança pública recebe uma abordagem de parte da mídia que:

a) oscila entre o eixo da segurança pública e a questão de outros investimentos como educação, saúde e obras de infraestrutura, promovendo declarações de moradores e autoridades de segurança quando afirmam que, depois da retomada dos territórios (no caso das UPPs no Rio de Janeiro), são necessárias outras políticas públicas;

- b) passa a enfatizar as áreas ainda não atingidas pelas políticas públicas de segurança, especificamente o modelo das UPPs, cobrando que ações de retomada de territórios atinjam todas as regiões;
- c) a partir da expulsão dos traficantes de seus redutos, destaca ainda mais a corrupção policial e o abuso de autoridade como os principais problemas a serem resolvidos na área da segurança pública;
- d) deixa para trás a situação de caos a partir do momento em que as forças de segurança assumem os locais com o objetivo de reestabelecer a ordem, mesmo assim termos como medo, abuso, guerra e campo de batalha permanecem associados à cobertura jornalística para produzir efeitos de dramatização; e
- e) estabelece os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro como epicentro da criminalidade e parâmetro no debate sobre segurança pública.

Assim como Charaudeau (2007), consideramos que a cobertura jornalística não consegue prescindir da visada da captação de enfoque midiático, visto que necessita atingir o maior número de cidadãos para sobreviver em um meio de acirrada concorrência. Os efeitos de dramatização ajudam a despertar o interesse do leitor e manter a sua atenção, mas é preciso refletir sobre o conteúdo que está sendo destacado para não cair na armadilha da ambivalência e que consiste em articular questões de dimensões distintas como sendo equiparáveis.

Os elementos que se sobressaem nas páginas não só atraem, como também buscam direcionar a interpretação do leitor e é neste ponto que, em nossa análise, reside o principal desafio da cobertura jornalística que acaba convertendo a noticiabilidade em meros “protocolos que terminam por assemelhar ocorrências muito diferentes [...], distintos processos de ancoragem que permitem a nomeação e produção de referências identificadoras de periferias diversas, apostando no fenômeno da ambiguidade” (SILVEIRA, 2009, p.175).

Ao sistematizar a análise, faz-se importante considerar que o próprio tema de combate à violência já tem o drama como qualidade intrínseca para os fins de análise da narrativa jornalística e seus efeitos de dramatização. Observamos como as revistas intensificam essa característica principalmente na ênfase colocada nos elementos gráficos



correspondentes aos títulos, chamadas, fotografias, legendas, infográficos e enunciados em destaque.

A questão da ambivalência reporta-se a enunciados com sentidos opostos muitas vezes e que pode ter no recurso aos efeitos de dramatização um resultado estranho ao jornalismo:

[...] o noticiário sobre periferias se converte numa acumulação de detritos sociais, detendo-se em dejetos resultantes do culto de integração plena responsável, ele sim, pela produção de situações que se fazem residuais. A ilusão resultante dessa ótica excludente promove vieses, ressalta o poder das autoridades, criminaliza a pobreza, discrimina cidadãos, aponta culpados sem julgamento prévio, desqualifica as sociedades em foco, fomenta relações violentas. E, como se não bastasse, atinge o projeto de nação com o qual os brasileiros são educados desde crianças ao compartilhar ainda que fragmentariamente o mito da democracia racial, do homem cordial, da abundância da natureza, etc. (SILVEIRA, 2009, p. 173).

As reportagens analisadas ora enaltecem iniciativas da área da segurança pública, ora criticam as medidas adotadas. Respondendo ao problema central de nossa análise, entendemos que a cobertura da mídia sobre as periferias metropolitanas tradicionalmente pautada no tripé “ausência do Estado, caos e violência” permanece salientando dois desses fatores: a acusação de ausência do Estado e a banalização da violência.

## Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

DALMOLIN, A. R.; GUIMARÃES, I. P.; SILVEIRA, A. C. M.; Um outro olhar sobre as periferias. **Eco-Pós** (Online), Rio de Janeiro, v.16, 2013, p.84-97.

GUIMARÃES, I. P. e SILVEIRA, A. C. M. Sobre lugares de crimes e castigos: periferia e imaginário colonial. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35º, Intercom. **Anais...** Fortaleza: Ceará. 2012.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. **Guia para a edição jornalística**. Petrópolis: Vozes, 2006.

REVISTA CARTA CAPITAL. São Paulo: Ed. Confiança, n. 609, de 18 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Ed. Confiança, n. 651, de 22 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Ed. Confiança, n. 655, de 20 jul. 2011.

\_\_\_\_\_ São Paulo: Ed. Confiança. n. 674, de 30 nov. 2011

\_\_\_\_\_ São Paulo: Ed. Confiança n. 691, de 4 abr. 2012.

REVISTA ÉPOCA. São Paulo: Ed. Globo, n. 615, de 1 mar. 2010.

\_\_\_\_\_ São Paulo: Ed. Globo, n. 664, de 7 fev. 2011.

REVISTA ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2091, de 4 dez. 2009. Disponível em:  
<[http://www.istoe.com.br/reportagens/20902\\_O+ESTADO+SOBE+O+MORRO](http://www.istoe.com.br/reportagens/20902_O+ESTADO+SOBE+O+MORRO)>. Acesso em:  
20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_ São Paulo: Ed. Três, n. 2166, de 31 mai. 2011. Disponível em:  
<[http://www.istoe.com.br/reportagens/137089\\_A+DIFICIL+RECONSTRUCAO+DA+CIDADANIA](http://www.istoe.com.br/reportagens/137089_A+DIFICIL+RECONSTRUCAO+DA+CIDADANIA)>. Acesso em: 21 jun. 2014.

REVISTA VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 2242, de 9 nov. 2011.

SILVEIRA, A. C. M. . Apropriações e modos de ver e devorar o outro: a ambivalência na cobertura jornalística das periferias. **Ghrebh**, São Paulo, v. 14, n. outubro, 2009, p. 157–176.

\_\_\_\_\_ Periferias e ambivalência comunicacional: o noticiário sob a mão forte do Estado. **Logos** (UERJ. Impresso), v. 20, 2-13. p.129 - 141.

TABAK, B. Maior favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE. G1. Rio de Janeiro, 21 dez. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>>. Acesso em: 23 jul. 2014.